Propostas diametralmente opostas na eleição presidencial no Brasil: preservar direitos humanos, políticas sociais soberania nacional

Propuestas diametralmente opuestas en la elección presidencial de Brasil: preservar los derechos humanos, las políticas sociales y la soberanía nacional

Diametrically opposed proposals in Brazil's presidential election: preserving human rights, social policies, and national sovereignty

Santiago Alcázar

Resumo: Ravi Pallay, nasceu, viveu e cresceu na África do Sul do apartheid. Hoje é uma jurista de grande prestígio internacional. Por seus trabalhos em prol dos direitos humanos, foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz. A vida de Navi foi uma luta constante contra o apartheid, essa doença social que consiste em separar uns, menos privilegiados, de outros, mais privilegiados, com o propósito de os isolar e, eventualmente, os eliminar. O Apartheid está presente em todas as sociedades. O risco agora é que se torne política de governo sob regime de extrema direita. Neste artigo, apresentamos as duas propostas de governo dos dois candidatos, registradas no TSE. Precisamos do exemplo da luta de Ravi neste momento de grandes ameaças à dignidade humana.

Resumen: *Ravi Pallay, nació, vivió y creció en la Sud África del apartheid. Hoy es una jurista de gran prestigio internacional. Por sus trabajos en defensa de los derechos humanos, fue galardonada con el Premio Nobel de la Paz. La vida de Navi fue una lucha constante el apartheid, esa enfermedad social que consiste en separar unos, menos privilegiados, de otros, más privilegiados, con el propósito de aislarlos y eventualmente eliminarlos. El apartheid está presente en todas las sociedades. Ahora, el riesgo es que se haga política de gobierno orientado por la extrema derecha. En este artículo, presentamos las dos propuestas de gobierno de los dos candidatos, conforme registradas en el Tribunal Superior Electoral. Necesitamos el ejemplo de la lucha de Ravi en este momento de grandes amenazas a la dignidad humana.*

Summary. *Ravi Pallay, was born, raised and educated in South Africa during apartheid. She is today a prominent international judge. She was awarded the Peace Nobel Prize for her tireless work on assuring human rights wherever they were menaced. Navi's life has been a constant fight against apartheid, that disturbing social malady that drives to separate one group of people, less privileged, from another, privileged, to isolate and eventually eliminate and destroy their living memory. Apartheid in that context is present in all societies. In the present time, there is the risk that apartheid can be a government policy under a far-right regime. In this article we present the government proposals of the two remaining candidates for President, as registered in the Supreme Electoral Tribunal. We need the courage of Navi to inspire us in the mist of threats to human dignity.*

Navi ganhou! A notícia correu o mundo. Na sexta-feira, dia 9 de outubro corrente, o *Comitê Nobel Norueguês* anunciou *Navanethem (Navi) Pillay* como ganhadora do *Prêmio Nobel da Paz 2026*, por seus ingentes esforços em prol da paz e do direito internacional.

Navi Pillay, de família tâmil-indiana, nasceu em Durban, África do Sul, em 1941. Formou-se em Direito pela Universidade de Natal. Por conta do regime de *apartheid*, instalado em 1949 e que se estenderia até 1994, a jovem Navi viu-se forçada a abrir o seu próprio escritório de advocacia, uma vez que, por lei, nenhuma entidade jurídica, pública ou privada, poderia contratá-la. *Apartheid* significa apartar os não brancos dos brancos. Tem o sentido de segregar, que por sua vez quer dizer desunir, separar, isolar e, por extensão, expectorar, como alguma secreção pustulenta. Navi viveu e cresceu nesse meio.

O que acontece quando uma pessoa perde as suas roupas? O que acontece quando uma pessoa perde os seus direitos? Pode sair de casa sem sentir vergonha? Sair de casa talvez seja um exagero, uma vez que "sem direitos" representa um estado de nudez total. A pessoa perde a sua dignidade humana inata e deixa de existir para os outros, que se quer a veem. Para as estatísticas é apenas um ponto gráfico, sem nome e sem identidade que, somado a muitos outros, sobe e desce em linhas curvas, acusatórias de algum fracasso, calamidade ou fatalidade, que têm de ser aplainadas e, eventualmente, eliminadas, como alguma secreção repugnante.

Ouvi de alguém dizer que a certidão de nascimento do Brasil é de 5 de outubro de 1988, quando a Constituição Federal estabeleceu que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Pela primeira vez em 500 anos, um direito foi estendido a todos, sem discriminação, sem exceção, colado ao DNA humano, realizado mediante a obrigatoriedade da ação do Estado em garantir acesso universal, integral e gratuito a todos os serviços de saúde. Esse direito hoje está ameaçado por uma vocação apartheid que o pretende descolar do DNA, deixando cada um à própria sorte, como antes, quando a segregação era a norma. A secreção fétida aumenta até quase sufocar e ser expelida por um jato gomoso.

O Comitê Nobel Norueguês disse de Navi que um fio condutor corre em sua vida, de seus primeiros trabalhos defendendo Nelson Mandela e outros que enfrentaram o apartheid à sua atuação recente como juíza de casos de grande visibilidade em cortes internacionais. Com efeito, Navi fez parte da Corte Penal Internacional (CPI) onde se destacou no caso do genocídio em Ruanda. Em 2008, deixou a CPI para tornar-se Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, cargo que ocupou até 2014. Em 2019, foi eleita para a Corte Internacional de Justiça (CIJ), onde presidiu a Comissão Independente de Inquérito das Nações Unidas sobre o Território Ocupado da Palestina, criada por mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos[1]. Como seria de esperar, EUA e UE, sempre prontos para exibir flexibilidade moral quando preciso, opuseram-se à criação dessa Comissão de Inquérito com o argumento de que a mesma não estabelece data para conclusão. Ravi respondeu contra-argumentando que a ocupação de Israel tampouco tem data para conclusão e que, portanto, a Comissão deve continuar pelo tempo que for necessário. De 2008 a 2014, Ravi foi Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos. Atualmente, Ravi é juíza da CIJ no caso de genocídio de Mianmar contra os rohingyas.

[1] https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/co-israel/index

Ravi é uma força da Natureza; outra descrição lhe faria injustiça. Volker Turk, atual Alto Comissário, disse ao anunciar o prêmio: "neste momento em que os direitos humanos estão sob ataque em muitos fronts, vindo inclusive daqueles com enorme poder, a concessão do prêmio a um dos nossos (sic) é particularmente comovente. É um prêmio a todos aqueles que, em todo o mundo, dedicam suas vidas à defesa dos direitos humanos, às vezes sob risco às próprias vidas". Assim como Ravi, Volker Turk sabe o que significa reconhecer e defender os direitos humanos.

O que importa reter aqui são as palavras iniciais do Alto Comissário ao prestar homenagem a sua grande irmã, como disse: "Os direitos humanos estão sob ataque em toda parte", talvez como nunca antes na história recente; como se as conquistas alcançadas graças ao esforço civilizatório das Nações Unidas, de suas estruturas institucionais, como a Corte Internacional de Justiça e o Alto Comissariado, a Carta e a Declaração Universal de Direitos Humanos, nada ou quase nada valessem para frear, deter e impedir a barbárie que resulta de todo impulso que segrega uns de outros, com o propósito de desunir, separar, isolar e finalmente expulsar e eliminar, como secreção pustulenta, os que são descartáveis porque insignificantes. O mais grave de tudo isso é que essa barbárie se origina daqueles que têm "enorme poder", i.e., das potências dominantes que criaram e sustentaram esse projeto civilizatório que são as Nações Unidas para livrar a humanidade do impulso à barbárie.

São muitos e muito graves os ataques e as ameaças aos direitos humanos na atual conjuntura, tanto no plano interno, quanto do plano externo. O risco de retrocessos assoma sempre que se invertem os sinais da política.

Defesa da democracia; defesa dos princípios e valores do direito, de que é parte o direito internacional; defesa dos direitos humanos em toda a sua plenitude e extensão, bem como das políticas sociais que os implementam; defesa de uma economia e de um comercio que beneficiem o conjunto da população e não somente uma parte dela; defesa de uma política exterior independente, não submetida à hegemonias impostas, mas aberta à valorização do multilateralismo, único meio para o encaminhamento de soluções comuns para os problemas que impactam a todos, porque globais. Inverter sinais, reverter sentidos, retroceder ao avesso e deparar-se com perdas enormes, incontáveis, algumas, se não todas, irreparáveis.

Política exterior com densidade versus política exterior ausente, talvez submissa

O *Tribunal Superior Eleitoral* registra em seu site oficial, as propostas de governo dos dois candidatos ao cargo de Presidente da República (ver abaixo as íntegras das propostas, que oferecemos como *'Serviço ao Leitor'*).

Aliança contra a fome a pobreza é uma iniciativa do Brasil para reforçar a compromisso universal de acabar com a fome e a pobreza extrema no mundo, como acordado na Agenda 2030, que todos os Estados membros adotaram em 2015 e faz parte do programa de Lula. A Agenda, é preciso recordar, é o mais ambicioso projeto multilateral para resgatar as promessas inscritas na Carta das Nações Unidas: por um mundo de paz, mais equitativo e com reconhecimento e pleno respeito aos direitos humanos. A proposta concorrente não faz menção a este ponto, nem a nada relacionado com as Nações Unidas.

Defesa do meio ambiente é crucial para o Brasil. Com a maior floresta tropical do mundo, as duas maiores reservas de água doce e a maior biodiversidade do planeta, o Brasil ocupa um lugar central no debate multilateral sobre cuidados com o meio ambiente e aquecimento global.

A diplomacia climática é uma das mais importantes bandeiras defendidas pelo Brasil nos foros multilaterais, reconhecida e respeitada por todos, contra negacionismos doentios que levam à morte e à destruição. Nesse contexto, seguimento das COPs, do Fundo de Florestas, lançado em novembro de 2025, em Belém, bem como outras iniciativas, é imprescindível para garantir um desenvolvimento que possa ser sustentado pelo planeta e assegurar maior equidade. A proposta concorrente ignora a questão do meio ambiente, o que parece implicar a extravasão de negacionismos, extremamente perigosos, como vimos durante a pandemia da Covid-19 e nas extremidades meteorológicas, cada vez mais frequentes e mais terríveis.

Defesa Nacional e Base Industrial de Defesa, são instrumentos a serem desenvolvidos para assegurar a soberania do país frente às ameaças do Governo Trump de tornar o Brasil e o resto da América Latina em quintal dos EUA.

Dias atrás, abriram-se os debates da 4ª Comissão da AGNU, responsável pelo tema de *descolonização*. Como foi recordado, a descolonização foi uma das mais importantes forças que moldaram o século XX. Muitos veem aquele processo como finalizado e enterrado. Enganam-se! *Hoje há uma retomada da colonização*. A apropriação do petróleo da Venezuela é um exemplo, assim como a intenção de assegurar o domínio sobre minerais críticos para as tecnologias de ponta, muitos dos quais se encontram no Brasil. *O Brasil não cabe no quintal de ninguém*, como disse Paulo Nogueira Batista Junior, é o lema que deve servir de guia para a execução da política externa do país. A imposição de tarifaços e de medidas de aplicação extraterritorial da legislação norte-americana é um abuso que não pode ser aceito por nenhum país que defenda a sua independência e soberania. Com respeito à *soberania*, a proposta concorrente faz uma distinção entre "soberania com profissionalismo" e "soberania ideológica". Trata-se falácia. Soberania é a condição de Estado independente, dono de seu próprio território e imune de intervenção estrangeira. Ou se tem, ou não se tem.

A *defesa do multilateralismo* expressa a consciência coletiva de que não há solução para os problemas globais que não passe pela aceitação da colaboração de todos para o mesmo fim. Meio ambiente, pandemias, IA desgovernada – representam riscos à sobrevivência humana. Negar o problema e apenas aumentar o risco e encurtar o tempo para o encaminhamento de soluções com sentido humano. Ao lado da Organização das Nações Unidas existe um universo de agências especializadas, de entidades e agrupamentos específicos para tratar com foco de assuntos relevantes para a conjuntura. Já se disse mais de uma vez, que não há futuro para um mundo que negue as Nações Unidas e o multilateralismo. A proposta concorrente não faz nenhuma menção ao multilateralismo ou às Nações Unidas. O negacionismo parece grassar.

A diplomacia brasileira, reconhecida e respeitada em todo o mundo, tem a vocação universalista de um país de dimensões continentais: ouvir e fazer ouvir a sua voz na vizinhança da América Latina e o Caribe; na África que nos une por laços ancestrais; na Ásia pujante; e no Oriente Médio, de onde provêm importantes segmentos de nossa população. A vocação universalista para nós é natural. Por isso, defendemos foros de encontros e de diálogos com todos, como a Organização das Nações Unidas e as suas agências especializadas. A proposta concorrente apenas menciona a ambição de entrar para a OCDE, um clube de países ricos que impõem aos seus sócios normas e padrões que países em desenvolvimento, como o Brasil, não tem condições de aceitar em razão do evidente aumento de desigualdades que acarretaria. A entrada na OCDE, nesse contexto, significaria redução da soberania em áreas críticas para o nosso desenvolvimento.

A *integração sul-americana* é uma necessidade, sempre bloqueada quando não minada pelas grandes potências que dominam o mundo. Integrar infraestruturas; abrir espaços para a cooperação em saúde, e educação. Buscar maior aproximação por meio da cultura e do intercâmbio de jovens estudantes. Integrar para superar as barreiras naturais que impedem maior vizinhança. A proposta concorrente busca somente integração à OCDE, distante de nossa realidade imediata e de nossa geografia.

Quem ecoará a façanha de Ravi, que saiu do regime de apartheid para ganhar as manchetes do mundo com a sua defesa incondicional pelo reconhecimento e respeito dos direitos humanos?

O que acontece quando uma pessoa perde as suas roupas? O que acontece quando uma pessoa perde os seus direitos?

ANEXO

Serviço ao leitor



O segundo turno das eleições brasileiras, que se realiza em 25/10, coloca em confronto duas propostas de governo diametralmente opostas, a do **presidente Lula** e a do **senador Flávio Bolsonaro.**

Ambos os programas se estruturam em torno de oito eixos, definidos pelo *Tribunal Superior Eleitoral (TSE)* para compor os documentos oficialmente depositados pelos candidatos: 1. Economia, Trabalho e Responsabilidade Fiscal; 2. Saúde Pública e Assistência; 3. Segurança Pública; 4. Educação; 5. Política Externa e Inserção Global; 6. Direitos Humanos, Equidade e Inclusão Social; 7. Questão Agrária e Meio Ambiente; e 8. Governança, Transparência e Reformas de Estado.

Evidentemente, as propostas de *saúde pública e assistência (3)* e de *política externa e inserção global (5)* (para citar as duas que interessam mais diretamente aos objetos centrais destes Cadernos) estão imersas nas propostas mais abrangentes de concepção de futuro para o país e dos demais itens do programa proposto, que abrangem políticas econômicas, sociais, ambientais e outras, além das questões básicas da governança, direitos humanos, equidade etc. – que consideramos determinantes sociais da saúde.

Programa de Lula[2]

O documento registrado no TSE pela candidatura Lula intitula-se *Lula, Presidente; Alckmin, Diretrizes para o Programa de Transformação do Brasil: Um País Soberano, Democrático, Desenvolvido, Sustentável e Criativo* https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pt/@@display-file/file/proposta-pt.pdf#page=77. Contém 84 páginas e é subdividido em 13 capítulos.

Tema 2 — Saúde Pública e Assistência

- Atenção especializada e redução de filas (Agora tem Especialistas): página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS): página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Cuidados e corresponsabilização (Política Nacional de Cuidados): página 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26
- Farmácia Popular e distribuição de medicamentos: página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Mais Médicos e fixação de profissionais: página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Saúde da mulher e dignidade menstrual: página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Saúde mental (CAPS): página 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Saúde bucal (Brasil Sorridente): página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Sistema Único de Assistência Social (SUAS): página 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 25
- Vacinação (recuperação das coberturas vacinais): página 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 34, 35 e 36

[2] https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/propostas-de-governo-dos-candidatos-ao-cargo-de-presidente-da-republica-eleicoes-2026/lula-propostas-de-governo

Tema 5 — Política Externa e Inserção Global

- Aliança Global contra a Fome e a Pobreza: página 58, 59, 60, 61, 62, 63, 77, 78, 79, 80, 81 e 82
- COP30, Fundo Florestas Tropicais e diplomacia climática: página 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 80, 81 e 82
- Defesa Nacional e Base Industrial de Defesa: página 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 77, 78, 79, 80, 81 e 82
- Integração sul-americana (Mercosul, OTCA, UNASUL): página 77, 78, 79, 80, 81 e 82
- Multilateralismo (ONU, OMC, FMI) e BRICS: página 77, 78, 79, 80, 81 e 82
- Relações com África, Ásia, Oriente Médio e Sul Global: página 77, 78, 79, 80, 81 e 82

Programa de Flávio Bolsonaro[3]

O documento registrado no TSE pela candidatura de Flávio Bolsonaro intitula-se *Flavio Bolsonaro, Presidente – Para o Brasil vencer o atraso – Diretrizes do Plano de Governo 2027-2030* *Diretrizes Plano de Governo Flavio Bolsonaro 2027-2030 versaofinal*. Contém 75 páginas e é subdividido em uma apresentação, uma conclusão e 9 capítulos.

Tema 2 — Saúde Pública e Assistência

- Agendamento ágil por inteligência artificial: página 25 e 26
- Apostas com recurso de programas sociais: página 32 e 33
- Apostas conscientização: página 32 e 33
- Casa Verde e Amarela: página 47 e 48
- Digitalização do SUS: página 25 e 26
- Exames preventivos: página 37 e 38
- Horários ociosos da rede privada: página 37 e 38
- Hospitais universitários federais — modernização: página 37 e 38
- Idosos — Casa segura para envelhecer: página 38 e 39
- Idosos — Instituições de longa permanência: página 38 e 39
- Imunização: página 37 e 38
- INSS sem fila: página 26 e 73
- Pacote antifraude: página 72 e 73
- Prevenção: página 37 e 38
- Programa de atendimento aos idosos: página 37 e 38
- Programas sociais — manutenção: página 42 e 43
- Prontuário eletrônico único: página 25 e 26
- Rede Nacional de Cuidado: página 21, 38 e 39
- Remédio à domicílio: página 37 e 38
- Retorno sem fila pós seguro-desemprego: página 42 e 43
- Saúde da família: página 37 e 38

---

[3] https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/propostas-de-governo-dos-candidatos-ao-cargo-de-presidente-da-republica-eleicoes-2026/flavio-bolsonaro

- Saúde mental: página 38 e 39
- Tabela SUS — Correção: página 37 e 38
- Telessaúde: página 37 e 38

Tema 5 — Política Externa e Inserção Global

- Abertura comercial: página 62 e 63
- Adesão à OCDE: página 63
- Cadeias globais de valor: página 62 e 63
- Competitividade doméstica: página 64
- Defesa nacional: página 62 e 63
- Fortalecimento de multinacionais brasileiras: página 62 e 63
- Soberania: página 61 e 62
- Transição energética: página 62 e 63

Íntegra das propostas depositadas pelos candidatos no TSE

Proposta de governo de Lula

Política exterior e inserção global

Fonte: Programa de governo oficial registrado no TSE
https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pt/@@display-file/file/proposta-pt.pdf#page=77

13. Defender a soberania nacional e o protagonismo internacional do Brasil



O mundo contemporâneo vivencia o ressurgimento do unilateralismo, do protecionismo e de conflitos sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial. Em um cenário de tensões geopolíticas crescentes e quebras das regras de convivência internacional, o Brasil deve reafirmar sua soberania e preservar sua capacidade de fazer escolhas políticas e econômicas de forma independente, à luz de seus interesses, sem qualquer tipo de subordinação estratégica.

Neste cenário, política externa e defesa nacional são dimensões complementares de uma mesma estratégia voltada à proteção dos interesses do Brasil.

Não há projeção internacional soberana sem capacidade de defesa. Defendemos uma política de defesa baseada na autonomia estratégica, na inovação tecnológica, na integração entre defesa e desenvolvimento e na combinação entre persuasão diplomática e capacidade de dissuasão, o que exige um orçamento nacional consoante a essas necessidades e responsabilidades.

A defesa nacional exige Forças Armadas bem equipadas e uma indústria de defesa sólida, capazes de proteger o território brasileiro e seus recursos naturais diante de ameaças externas. Por isso, fortaleceremos a Base Industrial e Tecnológica de Defesa, de modo a assegurar maior autonomia nacional nesse campo e estimular inovações com impactos positivos sobre o conjunto da economia. Sua importância é estratégica, por estar vinculada à produção de equipamentos essenciais à defesa do país, mas também econômica, já que envolve o domínio de tecnologias sensíveis, a geração de empregos de alta qualificação e a ampliação de exportações de maior valor agregado.

Retomamos o investimento na capacitação tecnológica de nossas Forças Armadas e o fortalecimento da política de defesa nacional. Aprovamos nova legislação orçamentária que assegura previsibilidade e continuidade para os investimentos em defesa, o que garante continuidade dos projetos e fortalece a Base Industrial e Tecnológica de Defesa como vetor de inovação, geração de empregos qualificados, exportações e neoindustrialização.

Com o Novo PAC, o Brasil tem alavancado fortemente os investimentos na área de Defesa. Desde 2023 já foram executados R$ 20,4 bilhões em projetos estratégicos. Entregamos 7 caças gripens-F-39, tendo sido produzida a primeira aeronave em solo brasileiro este ano. Adquirimos 3 cargueiros KC-390 fabricados no país. Estamos construindo 4 fragatas, a primeira já em operação. Produzimos 226 viaturas blindadas.

Reforçaremos a defesa cibernética, protegendo infraestruturas críticas e bases de dados governamentais, desenvolvendo tecnologias próprias e reduzindo a dependência externa em áreas estratégicas.

Fortaleceremos a Inteligência de Estado como instrumento de proteção da soberania, da capacidade decisória e da segurança nacional diante de ameaças geopolíticas, tecnológicas, cibernéticas e do crime organizado transnacional. A atividade será exercida em caráter civil, subordinada ao Estado Democrático de Direito, à neutralidade político-partidária, aos direitos fundamentais e ao controle democrático, rejeitando seu uso para fins de perseguição política.

Protegeremos as fronteiras, a Amazônia e a Amazônia Azul. Fortaleceremos a vigilância territorial, a proteção dos recursos naturais e o combate ao crime organizado transnacional. As regiões de fronteira serão tratadas como espaços estratégicos de integração e desenvolvimento, com maior presença do Estado, infraestrutura, serviços públicos e cooperação com os países vizinhos.

O Brasil voltou a ser ouvido e respeitado no mundo. Restauramos políticas que sempre nos diferenciaram, como o combate ao desmatamento na Amazônia, o enfrentamento ao aquecimento global, a defesa e a proteção de refugiados, o compromisso com a paz. Sediamos, com sucesso, eventos internacionais, como a COP 30, a 17ª Cúpula dos BRICS, a 19ª Cúpula de Chefes de Estado do G20. Propusemos a criação de mecanismos inovadores como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). Nossa diplomacia comercial permitiu abrir 656 novos mercados para os produtos brasileiros e a conclusão de acordos do Mercosul com a União Europeia, EFTA e Singapura. E o Brasil foi reinserido na rota do turismo internacional, com recordes de estrangeiros vindo visitar nosso País.

Seguiremos reafirmando os princípios constitucionais que orientam a política externa brasileira — independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repudio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político —, porque acreditamos em um país com autonomia para decidir seus próprios rumos, livre de interferências externas e comprometido com a paz, a cooperação e o direito internacional.

Na política externa, o Brasil deverá ser cada vez mais independente, ativo e comprometido com a integração regional e com a afirmação da América do Sul e do Caribe como zona de paz. A integração sul-americana é o primeiro círculo de projeção estratégica do Brasil. Seguiremos aprofundando o Mercosul e os espaços de integração regional, especialmente nas áreas de infraestrutura, defesa, segurança pública, energia e saúde. Consolidaremos o Mercosul como principal plataforma de integração econômica, produtiva, política e social da América do Sul. Aprofundaremos a integração em infraestrutura, priorizando redes multimodais, com destaque para as conexões com o Pacífico e o Caribe. Promoveremos um mercado comum sul-americano de energia, com interconexões e coordenação regulatória. Consolidaremos a Amazônia como eixo estratégico da integração regional fortalecendo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) na bioeconomia, na ciência, no financiamento verde e no combate coordenado aos ilícitos transnacionais.

Manteremos uma política externa universalista e ampliaremos os esforços de cooperação e negociação com todas as regiões do mundo, diversificando nossas parcerias estratégicas. Investiremos em novos acordos comerciais e na abertura de novos mercados para nossos bens e serviços, de modo a continuar enfrentando agressões comerciais e a defender os interesses do país com base nas normas internacionais e no multilateralismo.

Manteremos o empenho na construção de uma ordem mundial mais justa e equilibrada, livre da lógica da submissão, das imposições unilaterais e dos esquemas obsoletos de uma nova Guerra Fria. O Brasil defenderá relações internacionais fundadas na reciprocidade, na cooperação pacífica e no respeito entre as nações.

Aprofundaremos as relações com a África, reconhecendo sua crescente importância na ordem internacional e os laços históricos e culturais que unem o Brasil ao continente africano. Consolidaremos o Atlântico Sul como região de paz, cooperação e desenvolvimento e fortaleceremos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Promoveremos mecanismos permanentes de cooperação com a União Africana e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Persistiremos na reaproximação com a Ásia, o Oriente Médio e a Europa regiões com grande potencial para ampliar a cooperação política, econômica, tecnológica e cultural.

Continuaremos engajados na reforma das Nações Unidas, especialmente do Conselho de Segurança, para torná-lo mais democrático e representativo, com maior participação dos países em desenvolvimento entre os membros permanentes.

Seguiremos advogando a reforma e fortalecimento da Organização Mundial do Comércio, defendendo a retomada do mecanismo de solução de controvérsias, o tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento e a articulação entre comércio, sustentabilidade e acesso a tecnologias verdes. Defenderemos a reforma da arquitetura financeira internacional, com a democratização do FMI, do Banco Mundial e dos bancos multilaterais e o fortalecimento do CAF, do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e dos mecanismos financeiros dos BRICS.

Aprofundaremos a aproximação geopolítica com o BRICS e com o Sul Global, bem como com o G20, espaços fundamentais para a afirmação dos interesses da maioria da humanidade.

Ampliaremos a Cooperação Sul-Sul em áreas nas quais o Brasil é referência contribuindo para a redução das desigualdades globais.

Será necessário redobrado protagonismo diplomático brasileiro para acelerar o cumprimento global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seus anos finais de implementação e negociar uma nova agenda de desenvolvimento sustentável pós-2030.

Serão prioridades de nossa ação externa a implementação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o enfrentamento da emergência climática, inclusive o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF).

Queremos liderar a construção de uma governança internacional para as tecnologias digitais e a inteligência artificial, baseada na soberania digital com proteção de dados, cooperação científica, transferência de tecnologias estratégicas e regulamentação democrática das plataformas digitais e da IA.

Reforçaremos os compromissos internacionais do Brasil em matéria de direitos humanos e igualdade de gênero e raça, trabalhando para evitar retrocessos na garantia de direitos.

Valorizaremos e protegeremos as brasileiras e os brasileiros no exterior, fortalecendo a assistência e a proteção consular, ampliando os mecanismos de participação da diáspora e reconhecendo seu papel como elo cultural, econômico e afetivo entre o Brasil e o mundo.

Faremos firme oposição a qualquer tentativa de subordinar o Brasil a interesses estrangeiros ou de reduzir nosso país a uma posição de dependência geopolítica. Rejeitamos a visão daqueles que

aceitam, com servilismo, a renúncia à soberania nacional em nome de alinhamentos automáticos e ideologias fracassadas.

Defenderemos os interesses do Brasil e do povo brasileiro com firmeza, responsabilidade e altivez. Para nós, soberania não é palavra de ocasião: é princípio permanente e inegociável.

Lula encarna, como poucos, a defesa da soberania do Brasil e a esperança teimosa de um povo que não abre mão de seu próprio destino.

Proposta de governo de Flávio Bolsonaro

Política exterior e inserção global

Fonte: Programa de governo oficial registrado no TSE
https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pl/@@display-file/file/proposta-pl.pdf#page=62

Soberania com profissionalismo, não com ideologia

Soberania se exerce na prática, não no discurso



Soberania é a capacidade de uma nação governar a si própria, fazer suas leis e cuidar do seu território. Ela se exerce na prática, com ações concretas, e não repetindo a palavra "soberania" a todo momento. Nos últimos anos, a política externa brasileira trocou o interesse nacional pela ideologia, protegendo regimes propensos ao terror e seus criminosos.

E a soberania não começa longe, começa dentro de casa. De nada adianta um país erguer a voz contra inimigos distantes se não protege o próprio cidadão na esquina de casa, do assaltante, do traficante, do medo que tira a liberdade de andar na rua. O brasileiro quer viver em paz no seu bairro e na sua cidade, e garanti-la é a prioridade do Brasil sem Medo. Um país só se faz respeitar no mundo quando protege primeiro os seus, e quem não garante a segurança aqui dentro não tem autoridade para falar em soberania lá fora.

O governo recebeu com honras o ditador venezuelano Nicolás Maduro, fraudador do processo eleitoral e preso por narcotráfico e narcoterrorismo. Lula autorizou a atracação de navios de guerra iranianos em portos brasileiros, apesar da posição contrária de parceiros históricos, e no ano seguinte, enviou o vice-presidente da República à posse de líder do regime iraniano, marcada pela ausência de lideranças democráticas do Ocidente. Na bagagem, o governo brasileiro trouxe uma emblemática foto ao lado de lideranças terroristas, mortas poucos dias depois. Muito alinhamento ideológico, nenhum retorno para o Brasil: nem comércio, nem investimento, nem respeito.

Nossa proposta é o oposto: uma diplomacia guiada pelo profissionalismo e pelo pragmatismo, não pela ideologia. O Itamaraty voltará a ser conduzido pela competência técnica que sempre marcou seus quadros, e o Brasil voltará a privilegiar os parceiros interessados no ganho mútuo do comércio, sem escolher amigos por afinidade ideológica.

Não trataremos como adversários os nossos parceiros mais importantes e tradicionais. Nos últimos anos, as relações com países como Argentina, Estados Unidos e Israel foram levadas ao limite do rompimento. Vamos reverter esse quadro com profissionalismo e foco no interesse do Brasil. Negociaremos com todos os que interessam ao Brasil, da China à União Europeia, dos Estados Unidos aos mercados asiáticos, porque o que orienta a nossa diplomacia é o interesse do produtor e do trabalhador brasileiro, não a simpatia ou a antipatia por este ou aquele governo.

Defender a soberania de verdade não é fazer discurso: é abrir mercados para quem produz aqui, atrair investimento e garantir que o Brasil seja respeitado por sua força econômica e por sua seriedade, não por bravata.

Brasil no mundo

País integrado ao mundo é país que atrai investimento e emprego

Um país que produz precisa vender ao mundo e atrair quem queira investir aqui, sem se tornar refém de ninguém. Nosso projeto equilibra a abertura comercial com o papel do Estado de evitar a dependência excessiva em áreas críticas, como as cadeias de suprimentos e de tecnologia. É uma diplomacia que reconhece o peso de atores que vão além dos Estados, e que trabalha para aprofundar a inserção do Brasil junto aos principais polos econômicos e tecnológicos do mundo e para avançar em acordos que ampliem mercados e reduzam vulnerabilidades.

O passo mais urgente é retomar o cronograma interrompido de adesão à OCDE, incluindo o fim gradual do IOF sobre o câmbio, que é condição obrigatória do processo. A adesão à OCDE é mais do que um selo: ela exige convergência das nossas normas aos padrões internacionais, melhora a governança das empresas estatais, reduz a corrupção e integra o Brasil às melhores práticas globais. Retomar esse referencial permitirá, inclusive, superar a relativização da Lei das Estatais conduzida em 2023 por decisão judicial, devolvendo segurança e previsibilidade a quem investe. E vamos nos preparar para uma abertura comercial que dê ao setor produtivo acesso a bens de capital, tecnologia e insumos importados, num ambiente de concorrência que reduz preços e melhora a oferta ao consumidor.

Vamos executar um plano nacional de integração às cadeias globais de valor, com apoio real para o setor produtivo ganhar produtividade, tendo como prioridade a agroindústria avançada, os minerais críticos, a saúde e a economia digital, e apoiar a internacionalização das pequenas e médias empresas via BNDES e Apex-Brasil, para que o produto brasileiro chegue mais longe. Nossa energia limpa e a sustentabilidade são vantagens competitivas que sustentam essa projeção: nossa meta para 2030 é posicionar o Brasil entre os principais destinos mundiais de investimento em transição energética, tendo os biocombustíveis, a energia solar, a eólica e o hidrogênio verde como alavancas e a diplomacia como instrumento permanente. E vamos fortalecer as multinacionais brasileiras, ampliando sua presença internacional pela abertura econômica, pela adesão às regras da OCDE e por acordos comerciais de ganho mútuo. País integrado ao mundo é país que atrai investimento, e investimento é emprego que chega à ponta.

Nossas ações concentrarão esforços no combate ao crime organizado e outras ameaças à segurança e defesa nacional. Incentivaremos amplo espectro de tecnologias disponíveis, com foco em inovação como drones e inteligência artificial. Os investimentos nas Forças Armadas devem ser condizentes com a inserção de um país que é membro de diferentes blocos e grupos de nações, voltados ao enfrentamento de desafios políticos e econômicos globais.